

Entusiasmo com a proposta do banqueiro suíço

E já há novas promessas de melhor renegociação da nossa dívida

A proposta de transformar em franco suíço parte da dívida brasileira em dólar com os banqueiros da Suíça deixou as autoridades da área econômica entusiasmadas. O ministro da Fazenda, Ernane Galvães, disse ontem que é "uma demonstração de grande confiança no Brasil e nos resultados de sua política econômica". O diretor da área externa do Banco Central, não menos eufórico, considerou-a "criativa e construtiva".

A sugestão foi feita, anteontem, pelo presidente da União de Bancos Suíços, Robert Holzach, durante almoço em Brasília. E a sua atitude já provocou reflexos. O presidente do conglomerado financeiro American Express, James Robinson III, disse ontem, após almoço no Ministério da Fazenda, que o "País, em função do bom desempenho da sua economia, sobretudo na área externa, poderá conseguir uma renegociação favorável de sua dívida externa, em bases iguais ou melhores do que as que foram obtidas pelo México".

O México, segundo Robinson III, está pedindo a seus credores 15 anos, com sete de carência, para o pagamento da dívida. O Brasil pode na próxima negociação, de acordo com seus prognósticos, "fazer acertos para obter os créditos necessários ao fechamento do seu balanço de pagamentos por um período de três ou mais anos, alterando a sistemática dos últimos tempos, onde são negociados os créditos para se fechar o balanço de apenas um ano".

Bônus

Em princípio, o Banco Central recebeu a oferta do banqueiro suíço como hipótese para médio ou longo prazo. Porém, Madeira Serrano ressaltou que a idéia merecerá atenção maior, por vir acompanhada da disposição dos bancos suíços de subscreverem os bônus brasileiros, até que, de acordo com a gradual melhoria da economia do País, venham encontrar mercado final para os papéis, sobretudo junto aos investidores institucionais.

Para a emissão de bônus, o Brasil deve examinar a remuneração exigida pelos bancos, incluídas as taxas fixas de juros e o deságio sobre o valor nominal do papel. Também existem outros aspectos, como a comparação com a perspectiva dos juros externos ao longo dos sete a dez anos de prazo de vencimento dos títulos e a paridade entre a moeda do País objeto da colocação e o dólar norte-americano.

Se as condições forem favoráveis, a opção do bônus representará instrumento importante para reduzir o montante dos jumbos das negociações futuras, desde que haja a difícil adaptação do mercado. Em 1978, por exemplo, a colocação de bônus permitiu ao Brasil captar US\$ 1 bilhão na Alemanha

Occidental, Japão, Suíça e Estados Unidos, "porque havia investidores".

Para James Robinson III o estabelecimento de taxas de juros fixos, como propôs Robert Holzach, depende dos entendimentos entre os credores e os devedores. "Se for de interesse de ambas as partes, e se houver um acordo, não há nada que impeça a fixação de uma taxa", embora ele acredite que, no momento, esta medida é problema que depende da variação do custo do dinheiro no mercado externo.

Ele acha que o Brasil não deve ter maiores preocupações quando voltar, em breve, a renegociar sua dívida, pois a comunidade financeira internacional está vendo os bons resultados da economia e levará em conta este fator na fase de discussão. James Robinson citou como destaques o bom superávit da balança comercial e o esforço de substituição das importações.

Robinson III disse que as taxas de juros internacionais estão alcançando o limite máximo e não há mais grande margem para crescimento. Acredita que a tendência é de que as taxas cresçam ainda um pouco, para, depois, cair em níveis mais suportáveis.

Jumbo

Já a proposta do vice-presidente no Brasil do Citibank para relações com o governo e o sistema financeiro, Alcides Amaral, para o Brasil pedir jumbo menor e negociar mais crédito comercial, não encontrou a mesma receptividade junto ao diretor do Banco Central. Embora o desempenho das exportações exija crescente volume de crédito comercial, Madeira Serrano destacou que o país não pode abrir mão dos empréstimos jumbo de longo prazo, para evitar a deterioração do perfil da dívida. "Para a administração da dívida, os financiamentos de curto prazo não representam solução. Os empréstimos de longo prazo continuarão vitais para a rolagem adequada dos compromissos externos" — afirmou o diretor do Banco Central.

Viagem

O ministro do Planejamento, Delfim Neto, seguirá no próximo dia 27 para Nova York, e no dia 30, em Washington, iniciará seu programa oficial de uma semana nos Estados Unidos, reunindo-se com a diretoria e a presidência do Banco Mundial para uma discussão sobre o programa de financiamento ao Brasil no ano fiscal 1984/85, no valor aproximado de US\$ 1,5 bilhão.

Ainda em Washington, onde deverá permanecer três dias, o ministro do Planejamento vai reunir-se com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, a quem fará um relato da performance do programa de ajustamento interno e externo do País no primeiro semestre, em função das metas negociadas com o Fundo.